CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE RUGBY - CBRU

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE RUGBY - CBRU

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio liquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

PRENOTADO
4° RCPJ-SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Presidente da
Confederação Brasileira de Rugby - CBRu
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Confederação Brasileira de Rugby - CBRu** (**"Entidade"**), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Confederação Brasileira de Rugby - CBRu** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e Entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade operacional

Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 13, a Entidade por não possuir fonte própria de geração de receitas, depende da manutenção de recursos financeiros providos por patrocinadores, Comitê Olímpico Brasileiro, Lei de Incentivo ao Esporte e Entidades Estrangeiras para dar continuidade às suas atividades sociais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possui patrimônio líquido negativo no montante de R$ 4.308. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

Outros assuntos

Reapresentação das demonstrações contábeis e auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Chamamos a atenção as informações mencionadas na Nota Explicativa nº 2.13, às demonstrações contábeis, onde a Entidade está reapresentando suas demonstrações do exercício de 31 de dezembro de 2017, neste conjunto completo de acordo com a NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.

Os ajustes elaborados para reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, foi oriundo da apuração de erros na contabilidade não apresentado anteriormente, após os ajustes identificados os lançamentos foram preparados pela equipe da contabilidade em conjunto com a Administração da Entidade e foi revisada por nós, onde não identificamos nenhuma distorção relevante. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e Entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2019.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Mauro de Almeida Ambrósio
Contador CRC 1 SP 199692/O-5

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE RUGBY - CBRU

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota explicativa	2018	2017 (Reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	467	129
Recursos de convênios	4	3,799	5,364
Outros créditos	5	62	126
Despesas antecipadas	5	23	15
Clientes		11	8
		4,362	5,642
Não circulante			
Imobilizado	6	138	210
Intangível		24	24
		162	234
Total do ativo		4,524	5,876

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2018	2017 (Reapresentado)
Circulante			
Fornecedores	7	1,118	1,925
Obrigações trabalhistas	8	760	567
Obrigações tributárias	9	17	28
Partes relacionadas	10	1,797	1,975
Patrocínios	12	1,341	1,409
Recursos recebidos a aplicar	11	3,799	5,374
		8,832	11,278
Patrimônio líquido			
Déficit acumulado	13	(4,308)	(5,402)
		(4,308)	(5,402)
Total do passivo e patrimônio líquido		4,524	5,876

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE RUGBY - CBRU

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2018	2017 (Reapresentado)
Receitas nacionais			
Patrocinadores		4,710	4,564
Comitê Olímpico do Brasil - COB		2,305	2,239
Lei de Incentivo ao Esporte - LIE		6,079	3,887
SICONV - Sistema de Convênios Ministério do Esporte		-	-
Inscrição de torneios		83	83
Venda de camisas		51	40
Venda de ingressos		1,661	129
Doações		10	220
Receitas estrangeiras			
Confederação Sulamericana de Rugby - CONSUR		198	189
World Rugby Tournaments		3,674	3,244
Dedução da receita			
(-) ICMS S/ venda de camisas		(5)	(7)
(=) Receita líquida	14	**18,766**	**14,587**
(-) Custos diretos com eventos e campeonatos	15	(15,485)	(15,403)
(=) Lucro bruto		**3,281**	**(816)**
Despesas gerais e administrativas	16	(2,057)	(2,424)
Outras receitas	17	46	51
(=) Superávit/(déficit) antes do resultado financeiro		**1,270**	**(3,189)**
Despesas financeiras		(178)	(363)
Receitas financeiras		2	3
(=) Resultado financeiro líquido	18	**(176)**	**(360)**
(=) Superávit/(déficit) do exercício		**1,094**	**(3,549)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE RUGBY - CBRU

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	2018	2017 (Reapresentado)
Superávit liquido/(déficit) do exercício	1,094	(3,549)
Total do resultado abrangente do exercício	763	(3,549)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE RUGBY - CBRU

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Déficit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(1,853)	-	(1,853)
Déficit do exercício	-	(3,549)	(3,549)
Transferência do déficit	(3,549)	3,549	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	(5,402)	-	(5,402)
Superávit do exercício	-	1,094	1,094
Transferência do superávit	1,094	(1,094)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(4,308)	-	(4,308)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE RUGBY - CBRU

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	2018	2017 (Reapresentado)
(=) Superávit/(Déficit) do exercício	1,094	(3,549)
Ajustes que não afetam caixa:		
Depreciação e amortização	89	79
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo:		
Recursos convênios	1,565	(1,206)
Outros créditos	64	(8)
Despesas antecipadas	(8)	1
Clientes	(3)	(8)
Fornecedores	(807)	1,468
Obrigações tributárias	(11)	2
Obrigações trabalhistas	193	(113)
Patrocínio	(68)	1,059
Recursos recebidos a aplicar	(1,575)	1,226
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	533	(1,049)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de bens do imobilizado	(17)	(38)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(17)	(38)
Atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	(178)	1,160
(=) Caixa (aplicado)/gerado nas atividades de investimentos	(195)	1,122
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	338	73
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	129	56
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	467	129
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	338	73

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Rugby ("CBRu" ou "Entidade"), sucessora da Associação Brasileira de Rugby, filiada à World Rugby Tournaments, designada pela sigla WRT, e ao Comitê Olímpico do Brasil, designado pela sigla COB, é uma associação de fins não lucrativos, de caráter desportivo, fundada em 20 de dezembro de 1970.

Constitui entidade nacional de Administração do desporto, constituída pelas entidades filiadas de administração do Rugby, que, no território brasileiro, dirijam ou venham a dirigir de fato e de direito a modalidade de Rugby.

Possui personalidade jurídica e patrimônios próprios e distintos das entidades a ela direta ou indiretamente filiadas, não se estabelecendo entre estas quaisquer relações de responsabilidade solidária ou subsidiária, ressaltando-se que a CBRu não responde pelos atos ou omissões de quaisquer de suas filiadas diretas ou indiretas.

A CBRu, nos termos do Inciso I do artigo 217 da Constituição Federal, goza de autonomia administrativa quanto à sua organização e funcionamento.

A CBRu tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, 5.569, Jardim Paulista - CEP: 01407-911, São Paulo - SP.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da CBRu, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Como se trata de entidade sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 R1 - Instituto sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 R1 - Instituto sem finalidade de lucros.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 19 de março de 2019.

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, as quais estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros registrados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas em Real, que é a sua moeda funcional.

2.3. Patrocínios, contribuições e doações

Os recursos livres, recebidos de patrocínios e doações de empresas e pessoas físicas particulares, são apropriados e reconhecidos no resultado por não haver vínculo com projetos específicos. Porém, quando existe a destinação específica de projetos, são tratados conforme como recursos vinculados.

Os recursos vinculados, recebidos para desenvolvimento de projetos, custeados por verbas de incentivos fiscais através do Ministério dos Esportes, são registrados em rubricas de ativos e passivos já que não resultam em aumento ou redução do Patrimônio Social da CBRu e migram na mesma proporção das despesas específicas para o resultado, a medida que os gastos são incorridos, não gerando déficit ou superávit.

2.4. Outros ativos e passivos

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperabilidade, quando aplicável. As demais obrigações de passivos são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.5. Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e os respectivos valores residuais.

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituídas) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

2.7. Obrigações trabalhistas

Contempla as obrigações trabalhistas decorrentes das remunerações e dos funcionários celetistas com contratos de prazo indeterminado e determinado, também contempla os encargos previdenciários e legais.

2.8. Apuração de resultado "superávit e déficit"

Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas de doações, patrocínios e contribuições, conforme determina NBCT 10.19 "Entidades Sem Fins Lucrativos" mediante a emissão de documento hábil quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento, são registradas pela competência.

2.9. Aspectos tributários

A CBRu é uma entidade sem fins lucrativos declarada de utilidade pública em âmbito federal, estadual e municipal, portanto, estando imune de recolhimento de imposto de renda e contribuição social sobre eventual superávit apurado, também das contribuições PIS, COFINS e ISS.

2.10. Partes relacionadas

A CBRu não possui partes relacionadas com as Federações ou Clubes, a entidade possui um valor como partes relacionadas seus diretores, para cobrir o caixa do CBRu de anos anteriores e o valor está a valor justo e corrigido conforme contrato vigente.

2.11. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

2.12. Instrumentos financeiros-Continuação

Ativos e passivos financeiros: a Entidade possui registro como ativo e passivo financeiro: caixas e equivalentes de caixa, recursos de convênios, fornecedores e recursos recebidos a aplicar que são classificados na categoria a seguir:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas e despesas financeiras.

Passivos financeiros mensurados ao valor justo

Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

2.13. Reapresentação dos valores referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2018, a Administração da entidade apurou um erro a ser realizadas nas demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, por questão de melhor apresentação e realidade das despesas conforme segue explicações abaixo:

a) Baixa no valor de R$ 200 mil do contas a receber de projetos para despesas administrativas referentes lançamentos duplicados e não transitado para o resultado. Conforme Nota Explicativa nº 16 (i);
b) Provisão no valor de R$ 332 mil, referentes notas fiscais de fornecedores contra (despesas administrativas) não provisionadas em seu respectivo exercício. Conforme Nota Explicativa nº 7 e 16 (i).

Diante desse contexto, e de acordo com a NBC TG 23 - Prática contábeis, Mudança de estimativas, correção de erros (CPC 23), a apresentação comparativa deve ser reapresentada para que a divulgação do balanço patrimonial, demonstração do resultado e demonstração do fluxo de caixa, conforme segue:

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)

Ativo	2017 Originalmente apresentado	Ajustes	2017 (Reapresentado)
Demais ativos circulantes	5.634	-	5.634
Contas a receber	208	(200)	8
Total do ativo circulante	5.842	(200)	5.642
Total do ativo não circulante	234	-	234
Total de ativos	6.076	(200)	5.876

Passivo	2017 Originalmente apresentado	Ajustes	2017 (Reapresentado)
Demais passivos circulante	9.353	-	9.353
Fornecedores a pagar	1.593	332	1.925
Total do passivo circulante	10.946	332	11.278
Déficit acumulado	(4.870)	(532)	(5.402)
Total do patrimônio social	(4.870)	(532)	(5.402)
Total do passivo	6.076	(200)	5.876

Demonstração do resultado - 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)

	2017 Originalmente apresentado	Ajustes	2017 (Reapresentado)
Total receita líquida	14.588	-	14.588
Total custos diretos com eventos e campeonatos	(15.403)	-	(15.403)
(=) Lucro bruto	(815)	-	(815)
Despesas gerais e administrativas	(1.893)	(532)	(2.425)
Outras receitas	51	-	51
(=) (Déficit) antes do resultado financeiro	(2.657)	(532)	(3.189)
Total do resultado financeiro líquido	(360)	-	(360)
(=) (Déficit) do exercício	(3.017)	(532)	(3.549)

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Aplicações de liquidez imediata	467	129
	467	**129**

As aplicações financeiras são lastreadas em títulos de renda fixa e fundos de investimentos, principalmente em títulos privados (Certificado de Depósitos Bancários - "CDB"), emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

4. Recursos de convênios

	2018	2017
Banco do Brasil - contas bloqueadas		
Projeto Campeonato Super 8	5	5
Projeto Categorias de Base	15	15
Projeto Super Sevens	140	2
Seleção Nacional Alto Rendimento	2.202	2.671
Super 14 - Taça Tupi 2017	54	446
Desenvolvimento Rugby	-	446
	2.416	**3.585**
Banco do Brasil - contas de livre movimentação		
Seleção Nacional Alto Rendimento	708	882
Projeto Super 8 e Taça Tupi	-	306
Projeto Desenvolvimento Rugby	287	406
Incentivo Paulista - ICMS	86	-
Correios	60	-
	1.141	**1.594**
Caixa Econômica Federal - CEF		
Comitê Olímpico do Brasil - COB	242	185
	242	**185**
	3.799	**5.364**

Os saldos apresentados referem-se aos recursos do Ministério do Esporte, relativos à Lei de Incentivo ao Esporte mantidos no Banco do Brasil e, também, a recursos do Comitê Olímpico do Brasil mantido na CEF.

Os projetos aprovados e executados com recursos desta Lei são acompanhados e avaliados pelo Ministério do Esporte.

Até que seja finalizada a captação do projeto, os recursos ficam bloqueados em contas correntes específicas abertas pelo Ministério do Esporte. A Administração entende que esses créditos são totalmente realizáveis em virtude do cumprimento das obrigações dos projetos pela CBRu.

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

5. Outros créditos/Despesas antecipadas

	2018	2017
Despesas antecipadas	23	15
Projetos a realizar (*)	62	126
	85	141

(*) Referem-se a receitas de projetos a realizar, cujas despesas já foram reconhecidas nas respectivas competências.

6. Imobilizado

	2017	Adições	Baixa	Depreciação	2018
Movimentação do custo					
Equipamentos de informática	15	-	-	(4)	11
Máquinas e equipamentos	149	-	-	(67)	82
Móveis e utensílios	46	17	-	(18)	45
	210	17	-	(89)	138

7. Fornecedores

As obrigações referentes a aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades da confederação em 2018, apresentam prazos conforme descrição a seguir:

	2018	2017 Originalmente apresentado	2017 (Reapresentado)
0-30 dias	484	440	441
31-60 dias	45	84	84
61-90 dias	47	83	83
91-180 dias	528	15	346
Total títulos a vencer	**1.104**	**622**	**954**
Títulos vencidos e renegociado	14	971	971
Total de fornecedores a pagar	**1.118**	**1.593**	**1.925**

Em virtude de uma nova reavaliação foram constatadas provisões de notas fiscais não registradas no período anterior, a administração decidiu reabrir as demonstrações de 2017 e demonstrar os valores correto.

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

8. Obrigações trabalhistas

	2018	2017
Salários e ordenados	216	155
Férias e 13° salário	401	263
Encargos trabalhistas	143	149
	760	567

9. Obrigações tributárias

	2018	2017
1708 - IRRF Retido PJ	1	3
5952 - CSRF Retido PJ	5	3
0588 - IRRF Retido	5	9
3208 - IRRF Retido s/ Aluguel	-	3
INSS Retido	3	8
ISS Retido	3	2
	17	28

10. Partes relacionadas

	2018	2017
Eduardo Mufarej	623	620
Jean Marc	1.174	1.260
Sami Arap Sobrinho	-	70
Rugby Cedros	-	25
	1.797	1.975

a) Os empréstimos com as partes relacionadas foram realizados de forma excepcional para cobrir um faltante de caixa originado por pagamentos inadimplentes não projetados / previstos. Nestes empréstimos não foram cobrados juros, nem ajustes por inflação pelos empréstimos outorgados. Os empréstimos foram feitos com o objetivo de recompor pontualmente o caixa da CBRu em função do explicitado acima, sem qualquer ganho ou lucro financeiro pelo credor.

11. Recursos recebidos a aplicar

A Confederação Brasileira de Rugby possuia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 recursos registrados como adiantamentos de projetos nacionais e sul-americanos, relativos a eventos que ainda serão realizados:

Descrição	Projetos	2018	2017
Lei de incentivo ao esporte	Campeonato Super 14/16	20	-
Lei de incentivo ao esporte	Campeonato Super 7	140	2
Lei de incentivo ao esporte	Campeonato Super 8	5	310
Lei de incentivo ao esporte	Categorias de Base	15	15
Lei de incentivo ao esporte	Desenvolvimento Rugby	347	795
Lei de incentivo ao esporte	Super Sevens	-	68
Lei de incentivo ao esporte	ICMS	85	-
Lei de incentivo ao esporte	Campeonato Brasileiro Segunda Divisão 2014	35	446
Lei de incentivo ao esporte	Seleção Nacional	2.910	3.553
Comitê Olímpico Brasileiro	Seleções/manutenções	242	185
		3.799	5.374

PRENOTADO
4° RCPJ-SP

Em 2018, a CBRu permaneceu com R$ 3.799 (R$ 5.374 em 2017) em incentivos do Ministério dos Esportes com objetivo de implantar projetos esportivos.

Os recursos quando disponíveis são utilizados para aprimoramento e treinamento das seleções brasileiras em atividades nacionais e internacionais, por meio da qualificação de comissões técnicas, do aperfeiçoamento das condições de alimentação e logística, e para a realização de intercâmbio internacional, bem como a realização de competições internacionais no Brasil.

12. Patrocínio

A confederação recebeu em 2018, um montante de R$ 1.341 referente a adiantamento de patrocínio World Rugby, referente ao exercício 2019.

13. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio total da Entidade, acrescido dos superávits ou reduzido pelos déficits, que são apurados anualmente desde a data de sua constituição. Os superávits serão sempre revertidos para o desenvolvimento dos objetivos sociais da CBRu.

Em 31 de dezembro de 2018 a entidade possui um patrimônio social negativo no montante de R$ 4.308 mil.

14. Receita líquida

	2018	2017
Patrocinadores (a)	5.729	4.564
COB - Comitê Olímpico do Brasil (b)		
Alta Performance	1.927	1.920
Administração da Entidade	378	319
Campeonato Super 10/14/7/8 - Brasil Rugby	1.218	694
Desenvolvimento Rugby	608	991
Formando Talentos	-	-
Seleção nacional	2.864	1.899
ICMS (Estadual)	370	303
World Rugby Tournaments (c)	3.674	3.244
CONSUR - Confederação Sulamericana de Rugby (c)	198	189
Inscrições em torneio	83	83
Vendas de camisa	46	32
Venda de ingresso	1.661	129
Charities Aid Foundation	-	210
Doações	10	10
	18.766	**14.587**

(a) **Patrocinadores** - Os recursos recebidos de patrocínios e doações referem-se a valores obtidos junto a empresas e pessoas físicas para aplicação e manutenção das atividades da CBRu;

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

(b) **COB - Comitê Olímpico do Brasil** quando do recebimento de recursos da entidade é aplicado diretamente nos projetos (desenvolvimento e manutenção da entidade, preparação técnica, participação em eventos etc.) definidos, apresentados e aprovados previamente, sendo que ao final de cada projeto os recursos remanescentes são devolvidos ao COB;

(c) **Entidades Estrangeiras referem-se** a recursos recebidos da Confederação Sul Americana de Rugby com sede em Buenos Aires, Argentina e do World Rugby com sede em Dublin, Irlanda para o desenvolvimento e multiplicação de esporte do Brasil.

15. Custos diretos com eventos e campeonatos

	2018	2017
Despesas com eventos (i)	2.732	1.938
Despesas com área esportiva (ii)	12.557	13.237
Despesas com mídia (iii)	196	228
	15.485	**15.403**

(i) Despesas com eventos

	2018	2017
Salários e ordenados	303	318
Aluguel de campo	424	331
Ambulância	66	74
Ajuda de Custo Clubes e Federações	280	1
Medalhas e troféus	51	27
Filmagens e fotografias	110	47
Alimentação	101	136
Divulgação e Merchandising	87	123
Serviços de terceiros - PJ	824	469
Outras despesas com eventos	486	412
	2.732	**1.938**

As despesas com eventos referem-se aos gastos para a realização de eventos e campeonatos, necessários para divulgação do esporte. As outras despesas com eventos englobam os valores referente participações em eventos e congressos, todos realizados em 2018.

(ii) Despesas com área esportiva

	2018	2017
Salários e ordenados (a)	1.894	1.672
Encargos sociais	1.258	1.381
Ajuda de custo (b)	1.890	1.681
Alimentação	314	311
Gastos médicos	115	373
Serviços contratados (c)	2.238	2.685
Gastos com manutenção esportiva (d)	122	332
Despesas viagens (e)	3.980	4.066
Ocupação e locação	479	503
Outros gastos	267	233
	12.557	**13.237**

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

(a) Os gastos com pessoal referem-se aos salários, encargos e benefícios concedidos aos funcionários contratados sob o regime celetista e por contrato de prazo determinado com vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período;
(b) Os valores gastos com ajuda de custo para atletas, englobando a bolsa-auxílio, treinamento, ajuda em viagens nacionais e internacionais;
(c) Os valores constantes de serviços contratados referem-se a gastos com a contratação de profissionais sem vínculo empregatício, principalmente voltado para área esportiva, incluindo ainda diárias para arbitragem e seus auxiliares e demais custos;
(d) Os valores constantes em gastos com manutenção esportiva referem-se a cuidado com o gramado, manutenção do centro de treinamento e demais custos;
(e) As despesas com viagens referem-se aos gastos com locomoção aérea das delegações para participação em torneios nacionais e internacionais.
(f) Ocupação e locação: refere-se às locações de residências para atletas e treinadores, visto que no ano de que no final de 2016 passou ao sistema de academias ocorrendo um aumento no número de atletas centralizados, causando um aumento de fluxo de atletas de fora do Estado de São Paulo, os quais tiveram que ser alojados em São Paulo e São José dos Campos.

(iii) Despesas com midia

	2018	2017
Propaganda e publicidade	77	72
Assessoria de imprensa	93	73
Website	1	-
Materiais de divulgação	25	56
	196	228

Os gastos com mídia referem-se à aplicação de recursos para divulgação do esporte Rugby a nível nacional, através das mídias eletrônicas, impressas e virtuais, distribuição de manual para o torcedor conhecer as regras, informando a realização de jogos, entre outros diversos tipos de promoção do esporte.

16. Despesas administrativas e gerais

	2018	2017 originalmente apresentado	2017 (reapresentado)
Despesas gerais (i)	650	322	854
Gastos com pessoal (ii)	533	667	667
Serviços especializados e terceiros (iii)	874	904	904
	2.057	1.893	2.425

As despesas administrativas estão segregadas nos grupos de despesas gerais, de pessoal e serviços técnicos especializados, conforme segue:

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

(i) Despesas gerais

	2018	2017 originalmente apresentado	2017 (reapresentado)
Comunicação	29	43	43
Ocupação e locação	83	99	99
Materiais de Escritório	28	56	56
Seguros Patrimoniais	45	58	58
Transporte e Entregas	441	6	6
Outras despesas gerais	24	60	592
	650	322	854

As despesas gerais referem-se aos gastos com energia elétrica, correios, cartórios, IPTU e pequenas imobilizações.

(ii) Gastos com pessoal

	2018	2017
Salário com pessoal administrativo	336	407
Provisão de férias e 13° salário	68	79
Benefícios	9	8
Serviços de terceiros	-	1
PIS Sobre Folha	11	15
Outras despesas	109	157
	533	667

Os gastos com pessoal administrativo referem-se basicamente a salários, benefícios e encargos sociais.

(iii) Serviços especializados e terceiros

	2018	2017
Serviços contratados	874	678
Assessoria projetos	-	226
	874	904

Em virtude de uma nova reavaliação foram constatados alguns saldos incorretos, a administração decidiu reabrir 2017 e compor os saldos corretos.

17. Outras receitas

	2018	2017
Receitas livres	46	51
	46	51

PRENOTADO
4° RCPJ-SP

Os valores relativos às receitas livres são de depósitos efetuados em conta corrente da CBRu de pessoas físicas.

18. Resultado financeiro líquido

	2018	2017
Despesas Financeiras		
Despesas bancárias	-	(72)
Impostos e taxas	(178)	(291)
Receitas Financeiras		
Contas livres	2	3
Resultado Líquido	**(176)**	**(360)**

(a) As despesas bancárias referem-se a tarifas bancárias, tarifas de manutenção do cartão de crédito (mastercard), juros sob pagamentos em geral;
(b) Impostos e taxas referem-se a despesas com IOF, IPTU, IRRF, ICMS, DIFAL, IRRF s/ cambio, despesas com variação cambial, taxas com locação de estádios, Impostos com remessa ao exterior, bem como multas e juros sob impostos.

19. Cobertura de seguros

As coberturas contratadas pela CBRu no exercício de 2018 e 2017 foram consideradas pela Administração da Entidade suficientes para cobrir eventuais sinistros, para eventos e campeonatos realizados, na locomoção das equipes para participação em torneios e apresentações em amistosos, sejam no Brasil ou no Exterior.

A CBRu não possui apólices com vigências anuais de forma que as coberturas são contratadas quando da realização de eventos.

20. Renúncia fiscal

A CBRu, por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos declarada de utilidade pública em âmbito federal, estadual e municipal é imune do imposto de renda e da contribuição social, bem como da Contribuição para o Financiamento Social (COFINS) e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Atualmente a entidade vem recolhendo para o Programa Integração Social (PIS) calculado à alíquota de 1% sobre o montante da Folha de Salários Mensal.

PRENOTADO
4º RCPJ SP

A CBRu, atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 R1 - Entidade sem Finalidade de Lucros em que renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações, considerando que pelas receitas da entidade e organizações, aquelas vinculadas a esses organismos foi superior no ano de 2017 a R$3.600, a entidade enquadra-se como contribuinte pelo Lucro Presumido:

	2018	2017
PIS	39	33
COFINS	180	150
IRPJ	1.477	1.228
CSLL	540	451
	2.236	1.862

Devemos destacar ainda que a entidade não é imune de todos os impostos, principalmente no que tange aos vinculados à Previdência Social, em 2018 foi recolhido o valor de R$ 695 (R$ 542 em 2017) a título de INSS.

21. Trabalho voluntário

	2018	2017
Receita com trabalho voluntário	707	704
Despesa com trabalho voluntário	(707)	(704)
	-	-

O trabalho voluntário é composto por membros integrantes dos órgãos da administração (Presidente do Conselho; Conselho de Administração e Conselho Fiscal), no exercício de suas funções, fora reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, conforme previsão na Resolução CFC nº 1.409/2012.

22. Provisão para contingências

A CBRu não é parte em ações administrativo e judiciais, decorrentes do curso normal de suas operações.

23. Gerenciamento de riscos

A CBRu mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos, onde, os resultados obtidos quando provenientes das contas de livre movimentação são apropriados no resultado e as rendas provenientes das contas bloqueadas são vertidas para o projeto no passivo, sendo as premissas adotadas consistentes com as expectativas da Administração.

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento de instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existem riscos significativos de perdas associados a esses instrumentos, já que não possuem caráter especulativo.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

24. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.

PRENOTADO
4º RCPJ-SP

4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial de Registro: Robson de Alvarenga

Rua Quinze de Novembro, 251 - 5º Andar - Centro
Tel.: (11) 37774040 - Email: contato@4rtd.com.br - Site: www.4rtd.com.br

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS

Nº 681.539 de 20/05/2019

Certifico e dou fé que o documento em papel, contendo **169 (cento e sessenta e nove) páginas**, foi apresentado em 03/05/2019, o qual foi protocolado sob nº 384.040, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **681.539** e averbado no registro nº 56748/A no Livro de Registro A deste 4º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Natureza:
ALTERAÇÃO DE ESTATUTO

São Paulo, 20 de maio de 2019

Carlos Augusto Peppe
Escrevente

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R$ 928,31	R$ 264,63	R$ 181,24	R$ 48,94	R$ 63,48
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 45,25	R$ 19,47	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 1.551,32

Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site: **servicos.cdtsp.com.br/validarregistro** e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

00180812095293404

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital
1134804PJDA000036772DB19T